

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 145.033 - PR (2016/0011418-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 23ª VARA DE CURITIBA - PR
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PR
INTERES. : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado, com fundamento no art. 105, I, "d", da Constituição Federal, entre o **JUÍZO FEDERAL DA 23ª VARA DE CURITIBA - SJ/PR**, o suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PR**, o suscitado.

Na origem, trata-se de apuração de eventual ilícito praticado pela "Empresa de Correios e Telégrafos que teria deixado de pagar ICMS sobre serviços de transporte relativos à "encomendas e expressos", entre janeiro e novembro de 2005, tendo sido o auto de infração lavrado em 2006. A constituição definitiva do crédito se deu em 2013, com a inscrição na dívida ativa (nº 03068232-7)".

A Justiça Estadual declinou da competência para analisar o feito e determinou a remessa dos autos à Justiça Federal, por entender tratar-se de possível ilícito praticado por empresa pública federal.

Por sua vez, o Juízo Federal suscitou o presente conflito negativo de competência por entender que o tributo sonegado é estadual (ICMS), cujo beneficiário é o Estado do Paraná.

Nessa instância, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito e pela declaração de competência do Juízo suscitante (e-STJ, fls. 137-141).

É o relatório.

Decido.

Cumpre registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

Dispõe o art. 109 da Constituição Federal:

"Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral."

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é firme em afirmar que compete à Justiça Federal processar e julgar delitos nos quais haja ofensa direta a bens, serviços ou interesses da União, de suas autarquias ou empresas públicas.

No caso, contudo, "Ainda que o tributo sonegado seja estadual, entendo

que a competência da Justiça Federal é atraída pela incidência do art. 109, I, da Constituição Federal, haja vista que a empresa objeto da investigação é uma empresa pública federal. A competência, neste caso, dá-se em razão da pessoa" (e-STJ, fl. 139).

Não se pode olvidar que "Aplica-se à hipótese o art. 109, I, da Constituição da República, que atribui à Justiça Federal competência para processar e julgar as causas em que a União, suas autarquias e empresas públicas federais sejam interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, de acidentes de trabalho, e as sujeitas às Justiças Eleitoral e Trabalhista" (EDcl no CC 39.937/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 27/09/2004).

Nesse sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA EXECUÇÃO FISCAL MOVIDA POR MUNICÍPIO CONTRA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL COMPETÊNCIA DELEGADA AO JUÍZO DE DIREITO INOCORRÊNCIA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL ART 109, I, DA CF/88.

1. A delegação de competência ao Juízo de Direito para conhecer de execução fiscal em localidade onde inexistia Vara Federal demanda lei específica. Inaplicabilidade do art. 15, I, da Lei 5.010/66 e do art. 109, §3º, da CF/88.

2. Execução fiscal movida por Município em face de empresa pública federal deve ser processada pela Justiça Federal. Inteligência do art. 109, I, da Constituição da República.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 9ª Vara Especializada em Execuções Fiscais de Ribeirão Preto - SJ/SP, o suscitante" (CC 52.047/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 27/11/2006, grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. EXECUÇÃO FISCAL MOVIDA POR MUNICÍPIO CONTRA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. ART. 15 DA LEI Nº 5.010/66 C/C ART. 109, § 3º, DA CF/1988. INAPLICABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Conflito de competência negativo instaurado entre o Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas de Poá-SP (suscitado) e o Juízo Federal da 11ª Vara das Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (suscitante), em razão de execução fiscal movida pela Prefeitura Municipal de Poá/SP em face da Caixa Econômica Federal - CEF.

2. O art. 15 da Lei nº 5.010/66 c/c o art. 109, § 3º, da Carta Magna não se aplica ao caso sob exame, pois não se trata de execução fiscal proposta pela União ou por suas autarquias, mas pelo Município de Poá/SP em face da Caixa Econômica Federal - CEF.

3. Inexiste, no ordenamento jurídico pátrio, previsão legal que permita à Justiça Estadual, no exercício da competência delegada, processar e julgar execução fiscal em que figure como executada empresa pública federal. Prevalência da regra de competência *ratione personae* do art. 109, inc. I da CF/1988.

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal, suscitante." (CC 50.307/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 05/12/2005, grifou-se).

Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar a competência do Juízo Federal da 23ª Vara de Curitiba - SJ/PR, o suscitante.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se ao Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

